
**ALGUMAS REFLEXÕES
SOBRE O CARÁCTER NACIONAL**

José Augusto Seabra

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CARÁCTER NACIONAL

Em que sentido poderá hoje falar-se de «carácter nacional»? Noção controversa da etno-psicologia, a que a antropologia cultural deu um novo alcance dentro das ciências humanas, no prolongamento da chamada «psicologia dos povos», que historiadores, filósofos, ensaístas e escritores da mais variada inspiração foram ao longo dos séculos delineando, em tentames impressionistas e intuitivos tantas vezes penetrantes mas também aleatórios, ela conserva entretanto suficiente pertinência, ao menos como ponto de partida do nosso questionar, para servir-nos de guia numa reflexão sobre o que aqui mais nos importa: a nossa própria identidade como Nação, que hoje se tornou um lugar-comum dizer em crise, sem frequentemente se buscar, para usarmos as tão justas expressões de Joaquim de Carvalho, definir «o seu *estar* mudável em concordância com o seu *ser* permanente» (1).

Passar da «caracterologia» individual à «caracterologia étnica», como propôs um discípulo de Le Senne, Paul Griéger, procurando determinar a existência de um «etnotipo», que daria conta dos traços dominantes numa dada população homogênea, é algo que não vai sem dificuldades múltiplas, do ponto de vista metodológico (2). E se um Guy Michaud, servindo-se do mesmo termo, chega à elaboração do modelo de um «etnotipo» semioticamente formalizado, isso representa, dentro de uma tendencial «ciência das civilizações», o cruzamento de várias contribuições interdisciplinares (3). Mas observe-se como este mesmo autor, na charneira entre a literatura e a antropologia, começou por examinar os «retratos» ou «perfis» dos povos traçados por escritores que à respectiva psicologia se consagraram, como um Keyserling ou um Salvador de Madariaga, acabando por elaborar a partir deles o que designou por «etno-

(1) *Compleição do Patriotismo Português*, Coimbra, 1953, pág. 30.

(2) Cf. A. Miroglio, *La Psychologie des Peuples*, Paris, 1971, pág. 56.

(3) Guy Michaud e Edmond Marc, *Vers une Science des Civilisations?*, Paris, 1981, pág. 112.

gramas» (4). Considerando «sedutoras», pela sua finura, as «descrições intuitivas do carácter nacional» de tais observadores, Michaud chama porém claramente a atenção para o facto de que «elas apresentam o perigo de fazer tomar uma imagem da identidade nacional pela realidade da personalidade étnica», levando a confundir «a tentativa brilhante de um ensaísta» com a «*démarche* rigorosa do antropólogo» (5).

Queríamos desde já, pela nossa parte, pôr em guarda os que nos ouvem para com o que pode haver de convergente e de divergente nas duas perspectivas, a literária e a científica, de abordagem da «psicologia dos povos», ou do «carácter nacional». Tanto mais que, por formação, não deixaremos de recorrer aqui, exemplificativamente, à primeira, embora tanto quanto possível em diálogo com a segunda. Isso porque, como Abel Miroglio, pensamos que é necessária uma «coexistência pacífica» entre ambas, para glosar uma terminologia estratégica... Como acentua este autor: «que elas se menosprezem mutuamente, e isso será desastroso; que elas se reconheçam uma à outra o direito à existência, sem se ignorarem, e uma fecundação mútua daí decorrerá» (6).

Temos, na nossa literatura, antiga e moderna, casos significativos e aliantes de caracterização da nossa maneira de ser e de estar no mundo; como dispomos, também, de observações privilegiadas de autores estrangeiros sobre a nossa personalidade nacional que são para nós preciosíssimas, mesmo quando relevam do mito ou até da lenda. Como nota Marius-François Guyard, «a literatura comparada pode ajudar dois países a operar uma espécie de psicanálise nacional: conhecendo melhor a raiz dos seus preconceitos mútuos, cada um conhecer-se-á melhor a si mesmo» (7). Quem não recordará, por exemplo, as visões que um Unamuno, ou um Eugénio d'Ors, nos deram de Portugal?

Procederemos, pois, à maneira de Guy Michaud, tentando cotejar os retratos, não raro desfocados, ou sobrepostos, que escritores portugueses e estrangeiros de nós esquisaram, com o perfil mais nítido que resultará de uma objectivação científica precisa. Sem esquecer que, como nas ciên-

(4) Cf. A. Miroglio, op. cit., pág. 45.

(5) *Vers une Science des Civilisations?*, pág. 113.

(6) Op. cit., pág. 34.

(7) Marius-François Guyard, *La Littérature Comparée*, Paris, 1978.

cias humanas acontece, a *compreensão* predominará sempre sobre a *explicação*, nas acepções de Dilthey, até porque somos neste caso nós próprios analistas e analisados, sujeitos e objectos de indagação.

Uma primeira dificuldade que a noção «carácter nacional» apresenta é a que resulta da justaposição de um conceito político a uma realidade psicológica. Ora nem sempre a Nação — para não falar do Estado, que com ela pode não coincidir — se apresenta como etno-psicologicamente homogénea. Para além dos fenómenos de tipo tribal, em certas civilizações, basta lembrar as *regiões* actualmente em renascença nesta nossa Europa. Mas certo é também que, sobretudo no caso dos países de formação mais antiga, a Nação foi um factor poderoso de homogeneização étnico-cultural, mesmo e às vezes sobretudo quando heterogeneamente constituída. E não é por acaso que os países africanos recém-independentes recorrem ao quadro nacional para afirmar o seu voluntarismo estatizante. Reversivelmente, a «psicologia nacional» implica a consideração dos seus elementos integrantes, qualquer que seja a respectiva natureza e estrutura. Numa palavra, unidade e diversidade, «carácter nacional» e «caracteres regionais», iluminam-se e explicitam-se reciprocamente. Daí que a etno-psicologia se desdobre com frequência no que poderá designar-se por uma *geografia psicológica*, complementar da *geografia humana*.

Mas este fenómeno de unificação e diversificação, manifestando-se a vários níveis, supõe a existência de modelos culturais que dão forma aos tipos de personalidade dominantes. Assim se chegou, com Kardiner, à ideia de uma «personalidade de base», comum aos membros de um determinado grupo e a partir da qual os seus elementos elaboram múltiplas variantes. Essa «personalidade» pode encontrar-se em comunidades do mais variado género, desde a tribo à nação. Neste último caso ela corresponde, de muito perto, ao que designamos por «carácter nacional». Sendo o resultado de uma mediação entre o que Kardiner chama as «instituições primárias» (familiares, educativas) e as «instituições secundárias» (costumes, normas morais, religião, organização social e política), a «personalidade de base» admite modulações diferenciadas, à volta de modelos normais predominantes: por isso alguns falam de preferência em *personalidade modal*, para dar conta da diversidade na unidade, em que temos vindo a insistir ⁽⁸⁾.

(⁸) Cf. Guy Michaud e Edmond Marc, op. cit., pág. 109.

Postos estes marcos de referência, que nos irão servir de balizas metodológicas e teóricas, vejamos então o que poderá recobrir, em síntese, a noção de «carácter nacional». Tomando uma definição que nos parece à primeira vista bastante clara, de Guy Michaud, este será o «conjunto de representações, valores, modos de pensar, atitudes e condutas próprias dos indivíduos de um conjunto nacional dado»⁽⁹⁾. Mas esta clareza aparente não deixa de suscitar problemas, na medida em que, ao lado do «carácter nacional», e modulando a «personalidade de base» correspondente, existe, por exemplo, o que um discípulo de Kardiner, Ralph Linton, chamou a «personalidade estatutária» (dependente do estatuto sexual, etário, sócio-profissional, etc., dos membros da comunidade) e ainda o que Erich Fromm designou por «carácter social», a partir do estatuto de classe⁽¹⁰⁾. Assim, no entrecruzar da antropologia cultural, da psicologia, da psicanálise e da sociologia, a explicitação do sentido do «carácter nacional» exige, como é evidente, uma perspetivação interdisciplinar, em termos de pesquisa científica.

Isso não impede, como já vimos para os modelos do *etnograma* e do *etnotipo* de Michaud, o recurso às aproximações de carácter literário e artístico, em cotejo com as científicas. Como observa este autor, «as obras literárias e artísticas podem ser uma via de acesso aos códigos sociais e aos modelos culturais, com a condição de não as tomar como um «reflexo» da realidade mas como produtos em que as estruturas do etnotipo podem detectar-se através das transposições e das transformações que implica a criação artística»⁽¹¹⁾.

Partamos da análise de alguns textos de escritores, ensaístas e historiadores nossos em que a problemática do «carácter nacional» se exprime como interrogação típica do homem português — e esse é já um dos traços do seu carácter. Confrontemo-los em seguida com os de alguns autores estrangeiros que pela nossa fugidia personalidade se deixaram seduzir. E tentemos enfim ver — hipótese que formulamos — se a imagem pluri-facetada da nossa idiossincrasia não traduz precisamente aquela unidade na diversidade, ou diversidade na unidade, a que aludimos, quando pusemos a questão da identidade caracterológica nacional como indissociável da heterogeneidade.

(9) Idem, pág. 110.

(10) Idem, págs. 111-112.

(11) Idem, pág. 113.

Peguemos por exemplo — e perdoe-se-nos se começamos por um autor que de perto estudámos — neste apontamento de Fernando Pessoa:

«Sendo nós portugueses, convém saber o que é que somos.

- a) Adaptabilidade, que no mental dá a instabilidade e portanto a diversificação do indivíduo dentro de si mesmo. O bom português é várias pessoas.
- b) A predominância da emoção sobre a paixão. Somos ternos e pouco intensos, ao contrário dos espanhóis — nossos absolutos contrários — que são apaixonados e frios.

Nunca me sinto tão portuguesmente eu como quando me sinto diferente de mim — Alberto Caeiro, Ricardo Reis, Álvaro de Campos, Fernando Pessoa, e quantos mais haja havido ou por haver»⁽¹²⁾.

Como se vê, o fenómeno da heteronímia poética é por Pessoa projectado no «carácter nacional». A pluralidade de pessoas — de *personae*, de máscaras — seria constitutiva do modo de ser típico do português: do «bom português». A «diversificação do indivíduo dentro de si mesmo» — a sua capacidade de se «outrar» (como diz o poeta), de se diferenciar multiplicando-se — é ao mesmo tempo uma característica individual e nacional, como noutros textos insiste e reinsiste. E anote-se que ao descrever antropológicamente (e até antropometricamente) os vários heterónimos, cujo nascimento distribui de norte a sul pelo território português, Pessoa atribuiu a cada um deles, mesclando-os, caracteres múltiplos, a que correspondem temperamentos, atitudes, condutas, educações e linguagens diversificadas, compondo assim — e aqui o termo é pertinentíssimo, pois se trata de escrita — um autêntico *etnograma* do português⁽¹³⁾.

Que a preocupação com o «carácter nacional» foi em Fernando Pessoa obsessiva, comprovam-no os apontamentos publicados por Joel Serrão no volume *Sobre Portugal*, em que está recorrentemente acentuada a nota da diversidade. Não resistimos a citar mais longamente um deles, pelo que

⁽¹²⁾ *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, Lisboa, s. d., pág. 94.

⁽¹³⁾ Cf. Carta a Adolfo Casais Monteiro sobre a Génese dos Heterónimos, in *Páginas de Doutrina Estética*, Lisboa, 1946, págs. 266 e 267.

tem — em ironia inconfundivelmente pessoana — de penetrante, polémico... e actualíssimo:

«Há três espécies de Portugal dentro do mesmo Portugal; ou, se se preferir, há três espécies de portugueses. Um começou com a nacionalidade: é o português típico, que forma o fundo da nação e o da sua expansão numérica, trabalhando obscura e modestamente em Portugal e por toda a parte de todas as partes do Mundo. Este português encontra-se, desde 1578, divorciado de todos os governos e abandonado por todos. Existe porque existe, e é por isso que a nação existe também.

Outro é o português que o não é. Começou com a invasão mental estrangeira, que data, com verdade possível, do tempo do Marquês de Pombal. Esta invasão agravou-se com o Constitucionalismo, e tornou-se completa com a República. Este português (que é o que forma grande parte das classes médias superiores, certa parte do povo e quase toda a gente das classes dirigentes) é o que governa o país. Está completamente divorciado do país que governa. É, por sua vontade, parisiense e moderno. Contra sua vontade, é estúpido.

Há um terceiro português, que começou a existir quando Portugal, por alturas d'El-Rei D. Dinis, começou, de nação, a esboçar-se Império. Esse português fez as Descobertas, criou a civilização transoceânica, e depois foi-se embora. Foi-se embora em Alcácer-Quibir, mas deixou alguns parentes, que têm estado sempre, e continuam estando, à espera dele...» ⁽¹⁴⁾.

Para lá das flechas aceradas e visando alvos múltiplos, de modo a acertar em cheio tanto nas qualidades como nos defeitos do nosso povo, é interessante assinalar que Pessoa procura, depois das referências históricas, fundamentar a mentalidade do português no seu carácter:

«O português, no seu fundo psíquico, define-se por três características:

- 1) O predomínio da imaginação sobre a inteligência;
- 2) O predomínio da emoção sobre a paixão;
- 3) A adaptabilidade instintiva» ⁽¹⁵⁾.

Segundo Pessoa, decorrendo estas «características» de uma «mentalidade comum», é o «uso» dela que diferencia os portugueses. Questão

⁽¹⁴⁾ *Sobre Portugal*, Lisboa, 1978, págs. 82 e 83.

⁽¹⁵⁾ Idem, pág. 84.

de grau e de dosagem. Assim, face ao «português normal e típico» o «português de tipo oficial» seria «a mesma coisa com água»... Em suma, o «carácter português», instável e adaptável, é em rigor indefinido: nele coexistem a identidade e a não-identidade, o ser e o não-ser — como na lógica poética pessoana.

Atente-se bem: o «etnograma» heteronímico pode servir-nos, na sua ficção e figuração, de modelo ideal a contrastar com os que, pela via da observação e da reflexão científicas ou filosóficas, tentarmos delinear. Não afirmou um dos nossos mais sérios estudiosos contemporâneos, de formação racionalista — o Professor Joaquim de Carvalho — que «a elaboração de um conceito que englobe a totalidade da nossa existência nacional é um intento difícil e eminentemente falível, dado a realidade portuguesa ser múltipla, na sucessão das gerações, e diversa, na pluralidade e no matiz das suas manifestações»⁽¹⁶⁾? Ele bem sabia que até a visão que os portugueses têm de si próprios é fugidia e contraditória: «Não direi — explicita ele — que cada português tenha uma ideia pessoal do que é e do que significa o nosso país, mas não hesito em dizer que os portugueses não coincidem na mesma concepção acerca de Portugal»⁽¹⁷⁾. Tal como Pessoa nos seus vários textos não coincidia, coincidindo... Será de estranhar que Joaquim de Carvalho acentue, como Pessoa, o «substracto afectivo» da estrutura do nosso temperamento, tendo por isso o patriotismo «escasso e ténue conteúdo intelectual»? O poeta e o pensador, neste e noutros pontos, por vias diferentes, acabam por encontrar-se.

Mas se esse encontro é já de si significativo, não se trata de uma coincidência ocasional. Outro tanto sucede com um poeta de cepa diferente, embora mergulhado no mesmo húmus originário, e que ao lado de Pessoa constitui, no nosso século, uma das figuras mais representativas do «carácter nacional»: Teixeira de Pascoaes. Não aponta também Joaquim de Carvalho a «tendência saudosista» como um elemento fundamental da nossa «compleição»⁽¹⁸⁾? E ao invocar o poeta de *Marânus*, que à frente da *Renascença Portuguesa* encarnou um movimento de ressurreição civilizacional e cultural de uma Pátria em crise, o homem de ideias vê nele não apenas o «poeta-metafísico» do «panteísmo transcendentalista», a que Pessoa n' *A Aguiá* aludira, mas o símbolo emblemático daquilo que

⁽¹⁶⁾ *Compleição do Patriotismo Português*, op. cit., pág. 11.

⁽¹⁷⁾ Idem, *ibidem*.

⁽¹⁸⁾ Idem, pág. 15.

o poeta dos heterónimos não hesitou em chamar a «Weltanschauung portuguesa»: o Saudosismo⁽¹⁹⁾. Desse mito poético fez Pascoaes a expressão por excelência de «carácter nacional»: «Não precisamos — escrevia ele na *Arte de Ser Português* — de reunir vários sentimentos comuns de Portugal para com eles desenharmos o seu perfil moral. Há um que o define por completo. Refiro-me à Saudade»⁽²⁰⁾. Apresentada como «sentimento-ideia» de um povo cujo génio Pascoaes reconhece — tal como Pessoa — ser «mais emotivo que intelectual», ele ergue-se à categoria de arquétipo étnico, que tem muito daqueles «perfis dos povos», ou «etnogramas», de que falava como vimos Guy Michaud: «perfil eterno» da «Renascença» — tal é, em síntese, para Pascoaes a Saudade⁽²¹⁾.

Estas fórmulas míticas de um poeta visionário não podiam deixar de suscitar reservas da parte de espíritos racionalistas seus contemporâneos, a começar por António Sérgio, que em dissidência com a *Renascença Portuguesa*, se tornaria, com Raul Proença, um dos mentores da *Seara Nova*. Pondo em causa, nas suas *Epístolas aos Saudosistas*, os pressupostos étnicos em que Pascoaes fundamentava o «génio nacional», os seareiros insistiram de preferência nas condições históricas, sociais e culturais que explicariam determinadas formas de mentalidade e de comportamento dos portugueses. Com outras bases e implicações teóricas e ideológicas, foi essa também a tónica posta em evidência pelas correntes que mais tarde se reclamaram do materialismo histórico e dialéctico, ou afins. As insinuações e suspeições de «nacionalismo» que impenderam sobre Pascoaes e a *Renascença Portuguesa* — como sobre o Pessoa da *Mensagem* — não colhiam no entanto, quer pela irradiação ibérica de um, quer pela ressonância europeia de outro: e em última instância pelo alcance universal de ambos.

As intuições visionárias do poeta das *Sombras*, bem como as construções imaginárias e simbólicas do poeta dos heterónimos, encontram curiosamente confirmação na imagem que de Portugal nos restituíram alguns dos mais apaixonados e penetrantes dos nossos analistas estrangeiros, como Miguel de Unamuno em *Por Tierras de Portugal e de España* ou Keyserling na sua *Análise Espectral da Europa*. Se o primeiro, nas deambulações e encontros que fez no nosso país, bem como nas meditações sobre a nossa literatura, buscou entre nós aquele «sentimento trágico da vida»

⁽¹⁹⁾ *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*, pág. 121.

⁽²⁰⁾ *Arte de Ser Português*, Lisboa, 1978, pág. 94.

⁽²¹⁾ *A Águia*, 2.ª série, n.º 1, Janeiro de 1912.

que com expressões diferenciadas abarcava o «comum espírito ibérico» de que falava Oliveira Martins, confrontando-se sempre com algo de indefinível («Que terá este Portugal para assim atrair-me?») (22), já o segundo deparou em Portugal com o que considera o «exacto contratipo» de Castela e que é antes de mais, por oposição ao carácter inteiriço do espanhol, a «multiplicidade» do português: «cada um — diz ele — alberga ao mesmo tempo tese e antítese» (23). Não se diria o retrato do «carácter nacional» feito pelo poeta dos heterónimos? Ambos estes autores põem por outro lado em realce o temperamento «saudosos» e «sentimental» do nosso povo, mas ambos também chamam a atenção para o que há de potencialmente «explosivo» nesse temperamento: «a brandura, a *meiguice* portuguesa, não está senão à superfície — escreve Unamuno —; raspai-a e encontrareis uma violência plebeia que chegará a assustar-vos» (24). Explosão que teriam sido para Keyserling as Descobertas, como para Unamuno o era o regicídio, que vivamente o impressionou. Ninguém melhor do que os estrangeiros para se aperceber desses contrastes de carácter! Não se trata de simples testemunhos de ocasião, nos casos vertentes, pois por detrás dessas imagens de Portugal estão não só uma observação e uma intuição profundas mas visões estruturadas e coerentes: assim, Keyserling pratica um método que ele próprio explicitou e exemplificou, e que vai da «particularidade única», dada por «uma imagem concreta perfeitamente típica», até ao «carácter geral» de um povo (25). O que lhe empresta, para além do interesse que a sua «análise espectral» para nós especificamente apresenta, um alcance teórico inegável.

Mas voltemo-nos agora para um outro género de analistas do «carácter nacional» que entre nós tem predominado: os historiadores e, por extensão, os ensaístas que numa perspectiva diacrónica se têm consagrado à problemática da realidade portuguesa. Admitida, a partir dos depoimentos já citados, de precedência literária ou filosófica, a diversidade caracterológica do português, vejamos como ela foi encarnada pelos que sobre a génese e a evolução da nossa nacionalidade se debruçaram. Um deles — e dos maiores — foi Oliveira Martins. Tendo na *História da Civilização Ibérica* procurado encontrar o que considera «um corpo etnológico dotado

(22) *Por Tierras de Portugal e de España*, Madrid, 1960, pág. 77.

(23) *Analyse Spectrale de l'Europe*, Paris, 1965, pág. 230.

(24) *Por Tierras de Portugal e de España*, pág. 85.

(25) Cf. Abel Miroglio, op. cit., pág. 106.

de caracteres gerais» comuns a todas as populações hispânicas, ele intentou em seguida, na *História de Portugal*, verificar se havia «uma originalidade colectiva no povo português, em frente dos demais povos da Península»⁽²⁶⁾. A sua indagação levou-o a uma resposta positiva, mas circunscrevendo essa originalidade a «traços secundários». Em todo o caso, a descrição que faz do «carácter nacional», em contraposição com o espanhol, é curiosamente convergente com muitos aspectos do perfil do português que já conhecemos de fonte não histórica: «Há no génio português — escreve Oliveira Martins — o que quer que é de vago e fugitivo, que contrasta com a terminante afirmativa do castelhano; há no heroísmo lusitano uma nobreza que difere da fúria dos nossos vizinhos; há nas nossas letras e no nosso pensamento uma nota profunda ou sentimental, irónica ou meiga, que em vão se buscaria na história da civilização castelhana [...]. E as diferenças da história traduzem as dissemelhanças do carácter»⁽²⁷⁾. Repare-se: é da estrutura do «carácter nacional», primeiramente considerado do ponto de vista sincrónico, em cotejo com o «carácter» espanhol, que decorrem as respectivas diferenciações diacrónicas. E lá estão as características que, à sua maneira, intuitiva ou reflexiva, poetas e pensadores detectaram: a indefinição, o predomínio do sentimento, por exemplo. Na tese de Oliveira Martins, a «individualidade do carácter dos lusitanos» resultaria da predominância do elemento céltico, que as analogias com os galegos comprovariam. Entrando entretanto em linha de conta com o factor da diferenciação geográfica, é aos lusitanos da Serra da Estrela que o nosso historiador acaba por dar prevalência como base do «carácter nacional»: «Se há um tipo propriamente português; se através dos casos da história permaneceu puro algum exemplar de uma raça ante-histórica onde possamos filiar-nos, é aí que o havemos de procurar, e não entre os galegos ao norte do Douro, nem entre os turdetanos da costa do Sul, nem entre as populações do litoral cruzadas com o sangue de muitas raças e com os sentimentos e costumes das mais variadas nações»⁽²⁸⁾. Tese discutível e discutida. Mas o que importa sobretudo salientar é que, mesmo admitindo o predomínio do carácter do povo de uma dada região no «carácter nacional», este pressupõe desde logo uma diferenciação, só em função dela sendo pensável a unidade e a identidade.

⁽²⁶⁾ *História de Portugal*, Lisboa, 1920, tomo I, pág. 5.

⁽²⁷⁾ Idem, págs. 5-6.

⁽²⁸⁾ Idem, pág. 38.

O debate acerca da importância relativa das várias regiões do país, e nomeadamente, *grosso modo*, do Norte e do Sul, teve implicações múltiplas ao longo da história do nosso país, como se sabe, em termos económicos, sociais e políticos, mas também no que respeita, para lá desses níveis, aos factores culturais, de temperamento e de mentalidade que os condicionam⁽²⁹⁾. Bastará lembrar a tese de Basílio Teles — uma grande figura política e intelectual do Porto republicano, injustamente esquecida, *et pour cause* — acerca da importância que o carácter do português do Norte — guerreiro, agricultor com os pés fincados na terra, arraigadamente patriota, de estirpe ariana — teve na formação da nacionalidade e no predomínio do municipalismo e da descentralização até à crise de 1383; enquanto o português do Sul — comerciante, dado à navegação e à conquista, submisso, sem o sentido do realismo, de ascendência semita — seria responsável pelos regimes de centralismo absolutista e pelas veleidades imperiais que depois dessa crise alimentámos. Esta tese voltou à cena da discussão pública — em confronto com a de Oliveira Martins, que tendia a privilegiar como causa dessa diferenciação os respectivos regimes de propriedade — por iniciativa de António Sérgio, a propósito do que chamou as «duas políticas nacionais»: a da «Fixação» e do «Transporte»⁽³⁰⁾. E mesmo se Sérgio lhe opõe uma explicação de tipo económico e social (a predominância do burguês do litoral na política do Transporte) nem por isso deixa de admitir, se não factores étnicos, pelo menos de índole psicológica e sociológica, no contraste das populações. O que reverte, indirectamente, a admitir também que o «carácter nacional» é inseparável dos «caracteres regionais»: e nessa medida as duas «políticas nacionais» sergianas também «regionais» são.

Desembocámos, deste modo, depois de pela via literária e filosófica termos procurado apreender o perfil indefinido, esfumado e fugidio, por que plural, do carácter do português, numa perspectiva que permite uma sua análise em bases antropológicas, sociológicas e psicológicas, tais como cientificamente são hoje possíveis: e será o caminho — o método — a prosseguir, num horizonte interdisciplinar que aqui perfunctoriamente apon-támos. Assim se iluminarão muitas questões que se consideram hoje candentes, mas são, ou podem volver-se, pela forma como são adrede e

⁽²⁹⁾ Num outro estudo, no prelo, sobre *O Lugar do Norte na Cultura Nacional*, desenvolvemos este tema.

⁽³⁰⁾ *Ensaio*, Lisboa, s. d., tomo II, pág. 85 e segs.

vulgarmente postas, falsas questões. A da famosa crise de identidade, antes de mais. Pois não será essa «identidade» — como o nosso carácter — esquivamente múltipla, tais os heterónimos, as máscaras de Pessoa? Mas por isso mesmo não exigirá ela, para ser plenamente assumida, uma aceitação da diversidade intrínseca — e extrínseca — que é a nossa? A começar, hoje, pela das regiões que empreendem uma *Nova Renascença*, não apenas política e administrativamente, mas sobretudo culturalmente, através da afirmação da sua personalidade, em diálogo livre e solidário umas com as outras, no todo nacional independente que é o nosso. Assim Portugal se tornará mais unido internamente e mais aberto ao exterior: à Europa como à África e às Américas, sem esquecer o Oriente longínquo, por onde, de errância em errância — traço essencial do nosso carácter universalizante, tanto como o enraizamento originário —, disseminámos a língua, nossa pátria comum. Porque a língua é um elemento permanente do carácter nacional: é nela que *somos* portugueses. Nesta «portuguesa língua» de António Ferreira, que foi capaz de florescer, falar, cantar, fazer-se ouvir e viver por todo o mundo, como a nossa Diáspora migratória, até vir a ser a língua poética de Pessoa, que se multiplicou em línguas, como a pátria se multiplicou em pátrias.

José Augusto Seabra

Professor da Faculdade de Letras do Porto